

AS ORIGENS DA CERTIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

Lílian Reis dos Santos
Doutorado/UFF
Orientador: Xoán Carlos Lagares

Considerações iniciais

Há diversos campos nos quais a língua pode ocupar uma posição de protagonismo, especialmente quando se trata da situação na qual esse idioma busca seu espaço como língua estrangeira. E um desses campos é o da certificação linguística, que também está permeado, assim como todas as decisões relacionadas às línguas, por questões políticas e também econômicas.

O certificado ou diploma de proficiência é um documento concedido a uma pessoa que fez um determinado exame e foi aprovada, dentro dos parâmetros da instituição que elabora os exames. Dentro desses parâmetros, o certificado atesta que uma pessoa tem conhecimento da língua em determinado nível. Bordón (2006:82), fala sobre o prestígio da certificação: “alguns destes exames gozam de enorme prestígio e ser aprovado em um deles transformou-se em meta para muitas pessoas, de maneira que têm enorme impacto”. Esse prestígio tem sua origem nas instituições responsáveis pelos exames, que são em geral universidades e órgãos criados para a promoção da língua e que contam com uma estrutura para a divulgação do certificado e para a assinatura de convênios de reconhecimento dos certificados. Como podemos ver em Shohamy (2001:20):

Uma importante característica que concede poder aos testes é que eles são administrados por poderosas instituições. Isto significa que em uma interação entre o candidato e quem elabora o teste é o último que detém o poder. Afinal, é o elaborador quem toma as decisões sobre o que avaliar, como testar, como pontuar, e como interpretar os resultados e entregá-los ao candidato.

E as avaliações de proficiência são objeto de estudo de diversos pesquisadores em diversas universidades e há diversas associações de elaboradores de exame que possuem uma série de critérios para que o modelo de exame seja considerado eficiente e válido, sem falhas que possam fazer com que seja invalidado, que seja um exame que se propõe a medir e que consegue entregar resultados confiáveis.

Cabe ressaltar que esses exames de proficiência são pagos, fazendo parte do chamado mercado linguístico, que abarca, além dos diplomas, materiais didáticos e o turismo relacionado ao estudo da língua, que leva quase que automaticamente ao consumo de produtos dos países em questão (das mais variadas áreas como moda, gastronomia, cinema, etc.). Há diversas editoras que publicam materiais específicos para a preparação para os exames e também muitos cursos destinados à preparação de candidatos para as provas.

Os exames de proficiência

Como comentado nos parágrafos anteriores, o instrumento utilizado para obter os certificados é uma prova (escrita ou eletrônica), aplicadas em determinadas épocas do ano e que são corrigidas pelas instituições organizadoras. Posteriormente os resultados são divulgados e o certificado emitido (em caso de aprovação). Não temos notícia até o momento de que alguma instituição organizadora exija uma formação ou preparação específica para a realização das provas. Dentre as que pesquisamos, todas afirmam que o candidato (desde que não seja nativo de um país cuja língua oficial não seja o idioma do exame) pode inscrever-se para fazer a prova sem que haja a necessidade de apresentar comprovação de estudos anteriores (da língua).

Segundo Shohamy (2001:21), o poder da certificação vem de dois fatores: o prestígio das instituições envolvidas e caráter científico conferido pela prova, igual para todos os candidatos, o que seria um fator de justiça entre os candidatos:

Outra característica que dá poder aos testes é que eles usam a linguagem da ciência. A linguagem da ciência nas sociedades ocidentais garante status, autoridade e poder. O teste é percebido como uma disciplina científica, porque podem ser experimentados, se pode fazer sua estatística e usam números. Goza do prestígio dado pela ciência e é visto como objetivo, justo, verdadeiro e confiável.

Ainda sobre o poder das provas, temos no trabalho de Prati (2007:12) uma análise sobre como os grupos envolvidos no processo educativo (mesmo que não seja exatamente no ambiente escolar):

- Estudantes – prova, porque põe a prova seus conhecimentos e testemunha, demonstra o que aprenderam;
- Professores – avaliação, porque são recolhidas evidências para a tomada de decisões;
- Sociedade – certificação, como um documento carimbado, requerido como habilitação para ser acionado no mundo real, que dá prestígio e presença institucional.

Ou seja, o fato de algum tipo de conhecimento ou habilidade ser medido por prova garante, especialmente para o grupo que exige a certificação, uma imagem de justiça e equidade entre os candidatos.

Estudos sobre a avaliação

Scaramucci (2000)¹, em um trabalho sobre questões terminológicas relacionadas à proficiência, ressalta que as divergências sobre o conceito “trazem subjacente divergências teóricas e diferentes conceituações do que é saber uma língua”. Partindo dessa afirmação, faremos um recorrido pelas propostas de diversos autores que pesquisaram o tema.

Schoffen (2009:16) destaca que, antes da década de 1950, eram raros os estudos em avaliação em língua estrangeira, que não eram considerados “objeto de estudos mais específicos”.

A escola estruturalista foi a grande norteadora das primeiras noções de proficiência, cuja influência pode ser vista em modelos de exames das décadas de 1960 e 1970. Lado comentou sobre as tendências relacionadas aos exames:

Os exames de língua no passado tenderam tanto em direção às regras e listas de palavras ou, como reação contra esse extremo, em direção a outro extremo: leitura de trechos de textos relacionados, escrita de composições, conversas, ou ouvindo materiais relacionados, sem levar em consideração os conteúdos de sua língua. (LADO,1957,p. 4)

Nessa obra, Lado afirma que o avanço na avaliação de língua estrangeira vinha não do material relacionado, mas sim pelo fato de que a avaliação foca os reais

problemas da linguagem, que, em sua opinião, eram derivados da influência que a língua materna dos alunos exercia sobre o aprendizado do idioma estrangeiro. Lado defendia que a presença da comparação entre línguas seria mais produtiva em um exame, pois atividades que provocassem essa análise comparativa entre idiomas detectariam se o aluno/candidato reconheceria as diferenças entre as estruturas das duas línguas em questão, e então através desse reconhecimento é que o aluno demonstraria seu conhecimento da língua estrangeira.

Ao retomar o tema avaliação em outro trabalho, Lado definiu do seguinte modo as variáveis a serem examinadas em língua estrangeira: “A questão a ser testada é a linguagem. A linguagem é construída por sons, entonação, stress, morfemas, palavras e combinação de palavras que possuem significados que são linguísticos e culturais”. (LADO, 1961, p. 25)

O autor destacava ainda a importância da sintaxe, que deveria ter prioridade na elaboração de questões para os exames. Sobre as habilidades, Lado (op. cit.) acreditava que elas poderiam ser estudadas, descritas e avaliadas como “universos separados”, embora o autor admita que “eles nunca ocorram separadamente na língua”.

A partir dessa visão, o conhecimento da língua seria testado através de exercícios nos quais os conhecimentos do aluno teriam de ser demonstrados de maneira descontextualizada, ou seja, nestas atividades não haveria relação entre os exercícios elaborados para o exame. Cada questão ou cada item de uma questão seria independente em relação aos demais, sem que houvesse interação entre eles (SCHOFFEN, 2003, p. 17).

O período no qual essa abordagem de avaliação de proficiência estava em evidência foi classificado por Spolsky (apud BROWN, 1983) como psicométrico-estruturalista. Segundo Brown (1983, p.228), o típico exame de proficiência baseado nessa teoria possuía como característica a medição através de questões de múltipla escolha das chamadas “quatro habilidades” (compreensão auditiva, expressão oral, compreensão leitora e expressão escrita).

Segundo Brown (apud Schoffen 2003:17), foi baseado na crença de que a língua poderia ser desmembrada em suas partes componentes que houve a construção dos testes de itens isolados. Na década de 1960 surge um novo conceito, proposto por Noam Chomsky de competência e desempenho, e que seria debatido por diversos investigadores nas décadas seguintes: a questão do uso da língua, da função social da

língua. Para o autor, a proposta da divisão entre a competência e o desempenho na língua se daria do seguinte modo.

Em 1972, Dell Hymes questiona Chomsky por crer que a competência na língua referia-se ao fato de saber usá-la. A inclusão da noção de uso da língua como sendo tão importante quanto o conhecimento desta como sistema, o conhecimento de suas regras e gramática, gera uma transformação no conceito de proficiência. Começa-se a perceber que não é possível ser proficiente em uma língua sem ser proficiente em seu uso (SCHOFFEN, 2003).

Canale and Swain (1980) desenvolveram um arcabouço teórico para diferentes tipos de competência (SILVA, op cit). Este modelo foi posteriormente revisado por Canale em 1983. O modelo trazia as seguintes concepções:

El marco teórico para la competencia comunicativa propuesto aquí incluye a grandes rasgos cuatro áreas de conocimiento y habilidad: competencia gramatical, competencia sociolingüística, competencia discursiva y competencia estratégica. Suponemos que la teoría de la competencia comunicativa interactúa de maneras todavía no especificadas con otros sistemas de conocimiento y habilidades (por ejemplo, el conocimiento del mundo) además de con una teoría de la acción humana (que se ocupa de factores como la volición y la personalidad). Además, suponemos que ciertas competencias descritas aquí están implicadas en usos de la lengua distintos de la comunicación (cf. Canale, 1981b). El marco aquí propuesto se basa en la investigación de la que dimos cuenta en Canale y Swain (1980)² y otros trabajos actuales en este área. (CANALE,, 1983, p66).

Em 1986, Candlin descreveu a competência comunicativa como sendo a “habilidade para criar significados explorando o potencial inerente em qualquer língua” (CANDLIN, 1986, p. 40, apud BACHMAN, 1990). Na década de 1990, Lyle Bachman publicou um trabalho com uma ampliação da noção de competência, com um arcabouço teórico que levava em consideração todas as pesquisas realizadas nas décadas anteriores. Para o autor, o que faltava aos trabalhos desenvolvidos até então era demonstrar a conexão entre o conhecimento da língua e sua capacidade de usá-la adequadamente.

Considerações finais

Em nossas pesquisas realizadas até o presente (trata-se de uma pesquisa em andamento), podemos observar que os estudos sobre avaliação, embora não tenham recebido o mesmo número de pesquisas que os processos de ensino e aprendizagem de línguas, viveu uma retomada que pode ser observada a partir da década de 1990 até a atualidade, com diversas pesquisas e novas análises que acompanham (ou tentam acompanhar) as tendências vistas no ensino das línguas.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Luciana. *Relações saber-poder no/pelo certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros e os modos de subjetivação de professores*. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Universidade de Taubaté, Taubaté.

BACHMAN, Lyle. *Fundamental considerations on language testing*. Cambridge: Oxford University Press, 1990.

HYMES, D.H. Acerca de la competencia comunicativa. In: LLOBERA, Miquel (coord.) *Competencia Comunicativa: documentos básicos en la enseñanza de lenguas extranjeras*. Madrid: Editorial Edelsa, 1995.

PRATI, Silvia. *La evaluación en español lengua extranjera*. Buenos Aires: Ediciones de la Araucária, 2007.

SCARAMUCCI, Matilde. Proficiência em LE: considerações terminológicas e conceituais. In: *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, n. 36, 2000.

SCHOFFEN, Jaqueline. *Gêneros do discurso e parâmetros de avaliação de proficiência em português como língua estrangeira no exame Celpe-Brás*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SHOHAMY, Elana. *The power of tests*. Londres: Longman, 2001.

SPOLSKY, Bernard. *Measured words*. Cambridge: Oxford University Press, 1995.

LADO, Robert. *Language testing: the construction and use of foreign language tests*.
Londres: Longman, 1961.